**TERMO DE REFERENCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. **SELEÇÃO DA MAIOR OFERTA DE OUTORGA DE CONCESSÃO ONEROSA À MUNICIPALIDADE OFERTADA POR INTERESSADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS EM ÁREAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**

**2. DA JUSTIFICATIVA**

O crescente aumento da frota de veículos que trafegam pelos centros urbanos brasileiros tem trazido dificuldades para os órgãos gestores do trânsito em adequar o sistema viário para absorver essa demanda sem acarretar prejuízos ao nível de serviço do trafego. Segundo os dados fornecidos pelo DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), a frota de veículos registrados no Brasil mais que dobrou em apenas dez anos (de 2003 a 2013), passando de cerca de 34 milhões de veículos para 76 milhões.

No município de Pouso Alegre, a frota total veículos atingiu 77.930 veículos sendo cerca de 76.203 automóveis, caminhonetes, camionetas, motos, motonetas e ônibus ( Dados: Ministério das Cidades e Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – 2015) . O estacionamento rotativo pago em vias públicas e um instrumento necessário de gestão do trânsito, e deve estar incluído no rol de políticas públicas para a melhoria mobilidade urbana.

Isto exige que a administração municipal busque a maior eficiência e eficácia na oferta deste tipo de serviço à comunidade, de modo a garantir o uso democrático do espaço público, em especial na área central do município caracterizada por uma demanda maior de áreas para estacionamento dos veículos que circulam nas vias públicas.

O objetivo principal do sistema de estacionamento rotativo e permitir o uso compartilhado de um determinado espaço público, no qual um veículo não pode ficar estacionado por um longo período de tempo, período este que pode variar de acordo com a demanda por vagas em uma via ou área especifica. Para isso e necessário um sistema de fiscalização que facilite o controle por parte dos agentes fiscalizadores municipais. Pouso Alegre manteve um sistema rotativo de estacionamento na forma de prestação de serviços. Por isso, a principal justificativa para a proposição deste projeto e a apresentação de um novo sistema de estacionamento rotativo para o município de Pouso Alegre, implantando novas formas de arrecadação, operação, controle e fiscalização, cujas metas serão as seguintes:

1) Contribuir com as políticas de mobilidade urbana, de forma a fomentar o uso do estacionamento rotativo em áreas periféricas e restringir este uso em áreas estratégicas, como por exemplo, a área central. Isto deverá ser feito por meio de imposição de tarifação maior de permanência menor nas áreas estratégicas, e uma tarifação menor de permanência maior em áreas periféricas.

2) Aumentar a eficiência e a eficácia da fiscalização por parte dos agentes públicos, tanto no que diz respeito a utilização do sistema pelos usuários, relativa a verificação e a autuação de veículos considerados em situação irregular, tanto que diz respeito a fiscalização da Concessionária, relacionado a verificação da operação e arrecadação do sistema. Em termos de sistema, vários municípios brasileiros, como Vila Velha-ES,Araçatuba-SP, Lavras-MG, Poços de Caldas-MG, Araucária-PR, Guarulhos-SP, São Carlos-SP, Caruaru-CE, Patrocínio-MG, Concordia-SC estão modernizando seus sistemas de estacionamento rotativo pago, adotando técnicas eletrônicas de equipamentos e aplicativos para a arrecadação, operação e controle do mesmo. Conforme pesquisas em editais, verificou-se a presença de sistemas como:

1) **Totens indoor**: que são equipamentos eletrônicos instalados nos pontos comerciais, para facilidade do usuário, e fomentação do comercio, deverá ser realizado compra de hora através de moedas (multi-moedeiros), possibilitando, além da venda, realizar a liberação e consulta de créditos (porta crédito - virtual ou físico).

2) **Aplicativos**: são sistemas de vendas em tempo real, disponibilizados em página da *Internet* e/ou em aplicativos para celulares e *smartphones*, pelos quais os usuários podem comprar, consultar e utilizar créditos eletrônicos para pagamento do estacionamento.

3) **Terminais eletrônicos portáteis POS**: são equipamentos portáteis para serem utilizados pelosmonitores de estacionamento, ou ainda por pontos de venda credenciados, utilizando tecnologia de comunicação. Por estes terminais portáteis podem ser do tipo “smartphone”, “tablet” ou “PDA – PersonalDigitAssitant”, com impressoras térmicas acoplada externamente, ou ainda do tipo “POS – Point of Service” Móvel, com impressora térmica acoplada internamente, e neles os monitores podem vender aos usuários créditos eletrônicos pelo pagamento na forma de dinheiro (moedas e notas) ou porta crédito. Também deverão possuir funções para a fiscalização da operação, devendo consultar regularidade dos veículos e ainda emitir avisos de irregularidades.

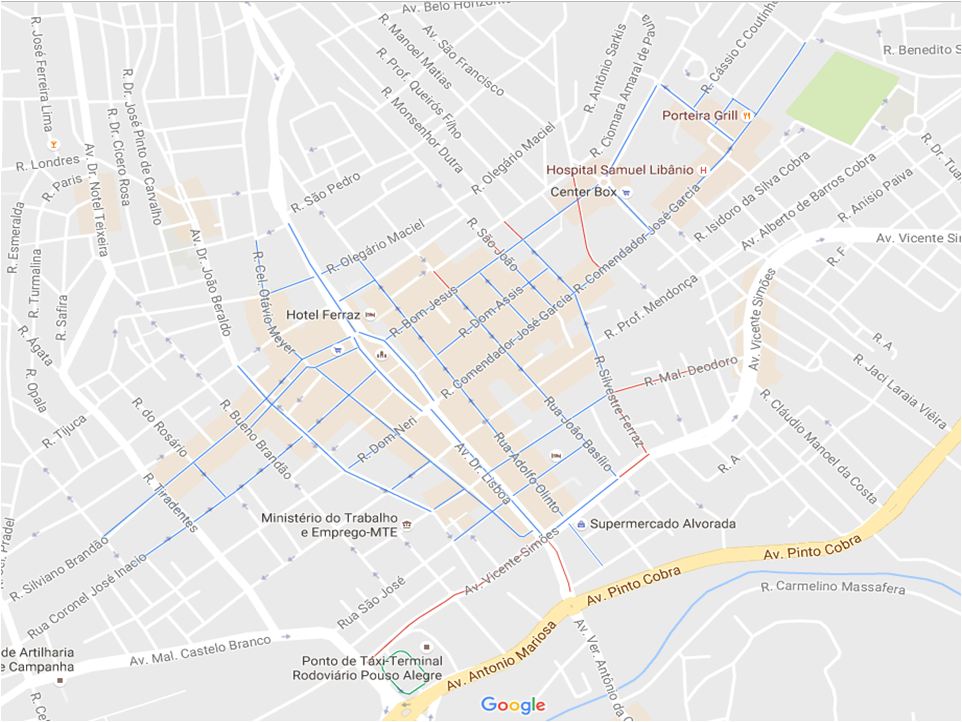
4) **Sistema de Software para gestão**: O sistema de gestão ou retaguarda, deverá estar instalado em servidores da empresa concessionária em data center com certificação Tier III, visando garantir a disponibilidade e continuidade e segurança as transações. O sistema deve poder ser acessado de qualquer computador com a acesso à internet sem a necessidade de instalação de nenhum sistema local, estando disponível de forma integral através de um browser.

**3. DA LISTAGEM DAS VAGAS DE ABRANGENCIA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO (ZONA AZUL)**

3.1. Adiante se apresenta o mapa de toda a área no contexto urbano central vias, onde se operará o sistema de estacionamento rotativo.

Rua ADOLFO OLINTO, Rua MARECHAL DEODORO, Rua SANTOS DUMONT, Rua COMENDADOR JOSÉ GARCIA, Rua FREDER OZANAN, Rua DOM NERY, Rua MONSENHOR JOSE PAULINO, Rua VIEIRA DE CARVALHO, Avenida VICENTE SIMOES, Rua JOÃO BASILIO, Rua JOÃO BERALDO, Rua AFONSO PENA, Praça JOÃO PINHEIRO, Avenida DUQUE DE CAXIAS – lado direito, Avenida DUQUE DE CAXIAS – lado equerdo, Rua SILVIANO BRANDÃO, Avenida TIRADENTES, Rua ROSÁRIO, Rua BOM JESUS, Rua ALFREDO CUSTODIO DE PAULA, Rua PREFEITO SAPUCAI, Rua CASSIO CARVALHO COUTINHO, Rua PEDRO MARCONDES DUARTE, Avenida ALFREDO CUSTODIO DE PAULA, Rua MONSENHOR DUTRA, Rua SÃO JOÃO, Rua SANTO ANTONIO, Rua DOM ASSIS, Rua SILVESTRE FERRAZ, Avenida DOUTOR LISBOA, PRAÇA SENADOR JOSE BENTO – lado direito, PRAÇA SENADOR JOSE BENTO – lado esquerdo, Avenida GETULIO VARGAS, Rua OTAVIO MEYER, Rua ADALBERTO FERRAZ, Rua Olegario Maciel, Rua SAMUEL LIBANIO, Rua SÃO JOSÉ, Rua BERNARDINO DE CAMPOS, Praça JOÃO PINHEIRO, Rua CONEGO VICENTE, expansão Vicente Simoes, expansão Rua Silvestre Ferraz, Avenida Levino Ribeiro do Couto, Praça Senador Eduardo Amaral, expansão da Rua Marechal Deodoro

Rua Doutor José Alfredo de Paula, expansão da rua Monsenhor Dutra, expansão da Rua São João, expansão rua João Basilio e Terminal Rodoviário.



**4. DAS TARIFAS, QUANTITATIVOS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS**

4.1. O estacionamento rotativo está dimensionado em 1.875 vagas subdivididas em 3 áreas distintas,admitindo variação de mais ou menos 10% deste valor.

4.2. A tarifa do crédito do estacionamento rotativo será de R$ 2,00 (dois reais) pelo período de 01 (uma) hora e R$ 4,00 (quatro reais) pelo período de 02(duas) horas, pelo uso de uma vaga de Estacionamento Rotativo “ZONA AZUL”.

4.2.1. Conforme disposto nos Art. 6º e 7º parágrafo único da Lei no 5.734/16, o veículo ocupando a vaga uma vez vencido o tempo de permanência, ou não regularizando a sua situação no tempo previsto, será considerado infrator e estará sujeito às sanções estabelecida das nos referidos artigos.

4.2.2. As tarifas poderão ser reajustadas caso o reajuste seja a opção que melhor atenda ao interesse público em eventual ocorrência de desequilíbrio econômico financeiro. No caso de eventual reajuste tarifário, conforme disposto no item anterior para manutenção do equilíbrio econômico financeiro este deverá respeitar o intervalo mínimo de 12 meses e o IPCA, ou outro índice que vier substitui-lo em caso de sua extinção.

4.2.4. Eventual desequilíbrio contratual, devidamente comprovado, poderá ser reajustado da forma que se apresentar mais benéfica ao interesse público quando de sua eventual ocorrência, podendo se dar através de alteração contratual (art. 65, II, d, lei 8.666/93), ou modificação do percentual de repasse, ou reajuste tarifário, ou pagamento de indenização, ou outro meio legal.

4.3. O quantitativo e de 1.875 vagas acrescidas de 5% para Idoso e 2% para pessoas com deficiência conforme tabela I.

**Tabela I – Quadro de distribuição de vagas Áreas de estacionamento rotativo Quantidade Vaga padrão**

**Total de Vagas:**

Idosos: 1875 – 5% = 94 vagas

Deficientes: 1875 – 2% = 38 vagas

TOTAIS: 1743 + 132 = 1.875

4.4. As áreas de estacionamento rotativo são classificadas da seguinte forma:

4.4.1. Área estratégica, definida pela maior demanda e consequentemente maior necessidade de rotatividade, denominada hipercentro, a qual será identificada como “Área

1”, onde 1 (um) crédito cheio de rotativo pagará o tempo de 60 (sessenta) minutos de estacionamento por unidade de vaga.

4.4.2. Área intermediária, definida por uma média necessidade de rotatividade, a qual será indicada pela identificação de “Área 2”.

4.4.3. Área periférica, definida por uma menor necessidade de rotatividade a qual será indicada pela identificação de “Área 3”.

4.5. Caberá exclusivamente a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito- SMTT, a criação, relocação e exclusão de vagas do sistema de estacionamento rotativo, bem como os seus respectivos enquadramentos como Área 1, 2 e 3, sendo que tais enquadramentos serão regulamentados mediante Decreto. E ainda, sob sua responsabilidade a pintura de rua, demarcações e emplacamentos.

**5. DOS PRAZOS**

5.1. A Concessão será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de assinatura do respectivo termo de contrato de concessão, sendo que os serviços a serem prestados pela Concessionária não gerarão ônus de quaisquer espécies para o Poder Concedente, correndo os mesmos por conta da respectiva Concessionária.

5.1.1. A CONCEDENTE poderá solicitar atualização tecnológica de todo o sistema, caso ocorra a prorrogação contratual.

5.2. O prazo para início da operação pela CONCESSIONÁRIA será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do termo de concessão.

5.2.1. Todas as vagas a serem implantadas, deverão iniciar a operação com o sistema eletrônico de vendas.

5.2.2. A Concessionária se responsabilizara pela colocação, manutenção e substituição da sinalização vertical e horizontal, da demarcação de vagas especiais, de carga e descarga, de estacionamentos de curta duração, além da demarcação das vagas especificas de estacionamento rotativo.

5.3. Deverá ser realizado 15 (quinze) dias de operação do sistema eletrônico de vendas sem cobrança, e campanha de divulgação e esclarecimento aos usuários, informando sobre o novo sistema, funcionamento, formas de aquisição dos meios de pagamento, etc., utilizando-se da mídia local para maior amplitude da ação. A campanha de divulgação deverá ser efetivada em 30 (trinta) dias antes do início da operação e estender-se até 30 (trinta) dias após a implantação.

**6. DO VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. A concessão corresponderá ao valor obtido pelo cálculo do percentual contratado, vezes 30% (trinta por cento) de ocupação das vagas disponíveis. \*Respeitando o percentual mínimo de 15% (quinze por cento).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Número de Vagas** |  | |  |  |  | 1.875 | vagas |
| **Índice de Ocupação** |  | |  |  | 30% | 563 | vagas |
| **Valor Por Hora/ Vaga** | | |  |  |  | R$ 2,00 | reais |
| **Número de Horas de funcionamento / dia** | | | | |  | 8 | horas |
| **Número de Horas de funcionamento / mês** | | | | 22 | dias/mês | 176 | horas |
| **Faturamento Mensal Previsto** | | |  |  |  | **R$ 198.000,00** |  |
| **Faturamento Anual Previsto** | | |  | 12 | meses | **R$ 2.376.000,00** |  |
| **Faturamento para 5 anos** | | |  | 60 | meses | **R$ 11.880.000,00** |  |
| **Outorga antecipada Mínima de** | |  |  | **15%** |  | **R$ 356.400,00** |  |

6.3. O estacionamento rotativo está dimensionado em 1.875 (um mil oitocentos e setenta e cinco) vagas subdivididas em 3 (três) áreas distintas, admitindo variação de 10% (dez por cento) para mais ou para menos deste valor.

6.4. A tarifa do crédito do estacionamento rotativo será de R$ 2,00 (dois reais) pelo período de 01 (uma) hora e R$ 4,00 (quatro reais) pelo período de 02 (duas) horas, para uso de uma vaga do estacionamento rotativo.

6.5. A revisão do valor da tarifa se dará por iniciativa do Poder Concedente, por solicitação da Concessionária, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, observando-se o seguinte:

6.5.1. A modificação das condições regulamentares do serviço que implique aumento dos encargos da Concessionária;

6.5.2. O preço da tarifa está estabelecido pela Lei Municipal n° 5.734 de 30 de setembro de 2016 e poderá ser revisado, obedecidas às regras previstas na Lei Federal n° 8.987/95;

6.5.3. Quando o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão for provocado pela ocorrência de fatos ou eventos supervenientes e imprevisíveis que alterem as condições iniciais da prestação dos serviços, a revisão se fará após a comprovação de que tal ocorrência guarda relação com as alterações verificadas;

6.5.4. Não terá lugar à revisão de tarifas quando a justificativa do pedido de revisão que se fundamentar na ocorrência de erros ou omissões quanto aos elementos considerados na elaboração da Proposta de Preços da Concessão do Serviço;

6.6. O pagamento da outorga será antecipado, anualmente.

6.7. O prazo para deposito da outorga antecipada anual será de 30 dias a contar do início da arrecadação, ou seja, do início da operação.

**7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. Será o valor da outorga obtida pelo cálculo do percentual contratado, vezes 30% (trinta por cento) de ocupação das vagas disponíveis. \*Respeitando o percentual mínimo de 15% (quinze por cento).

**8. DA CAPACIDADE TÉCNICA E FINACNEIRA DA CONCESSIONÁRIA**

8.1. Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado, comprovando a execução dos serviços a serem prestados no Município de Pouso Alegre/MG, compatíveis em características, quantidades e prazos.

8.2. Registro/Certidão de inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Arquitetura – CAU, ou no Conselho Regional de Administração - CRA, da região da sede da empresa.

8.3. Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Arquitetura – CAU, ou no Conselho Regional de Administração - CRA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços relevantes de acordo com as seguintes características:

a) Serviços de exploração, gestão e administração de estacionamentos rotativos pagos em vias, áreas e logradouros públicos, operadas ou em operação por intermédio de equipamentos multi-vagas emissores de tíquetes e sistema informatizado de telefonia celular;

b) Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos multi-vagas emissores de tíquetes;

c) Operação de sistema de fiscalização incluindo monitoramento de ruas com contagem de veículos e identificação daqueles estacionados em situação irregular, com a utilização dos seguintes recursos e equipamentos:

c.1) Operação do Sistema de fiscalização, de acordo com o item acima, com utilização dos seguintes recursos de gestão em plataforma web:

c.1.1) Monitoramente de quantidade de veículos;

c.1.2) Envio das irregularidades, contendo todos os dados para lavratura do Auto de Infração, ao agente de trânsito;

c1.3) Emissão de relatórios estatístico e gerenciais;

c.1.4) Monitoramento do posicionamento geográfico dos agentes em campo, em tempo real em plataforma web.

c.1.5) Envio de informações de modo responsivo (tempo real) através de dispositivo móvel conectado a internet, contendo a informação completa do veiculo para a Central de Monitoramento e a Diretoria de Transito, podendo ser acessado pela Internet.

8.4. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) relacionado no item "8.3", acima, será feita mediante: (i) cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados que demonstrem a identificação do profissional ou; (ii) comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou; (iii) quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo, devidamente atualizado.

8.5. Atestado de visita técnica emitido pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

8.6.Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 30 (trinta) dias da sua apresentação, se outro prazo não constar do documento.

8.7. A boa situação financeira será avaliada de acordo com os critérios estabelecidos abaixo. Para facilitar os trabalhos e entendimento do cálculo dos índices pela Comissão de Licitação, a proponente deve apresentar uma planilha contendo o demonstrativo do cálculo dos índices.

a) **ILG** - ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis em curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto e longo prazo, igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero), obtido através da seguinte fórmula:

**ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

**PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

b) **ILC** - ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: indica quanto à empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período, igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero), obtido através da seguinte fórmula:

**ILC = ATIVO CIRCULANTE .**

**PASSIVO CIRCULANTE**

c) **ISG** – ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL: indica quanto à empresa possui de bens e direitos para cobrir as exigibilidades totais da empresa, igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero), obtido através da seguinte fórmula:

**ISG = ATIVO TOTAL .**

**PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

8.7.1. A boa situação financeira da empresa também será comprovada através do balanço registrado na Junta Comercial ou Cartório, demonstrando que a empresa possui patrimônio líquido de 10% (dez por cento) perfazendo sobre o valor total contratual de 60 (sessenta) meses estimado em R$ 11.880.000,00 (onze milhões oitocentos e oitenta mil reais).

**9. DA OPERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO**

9.1. A operação do sistema de estacionamento rotativo obedecera ao seguinte horário: De segunda à sexta, das 08:00 as 18:00 horas e das 8:00 as 13:00 horas aos sábados, conforme prescrito no Art.5º da Lei Municipal 5.734 de 30 de setembro de 2016.

9.2. O usuário não precisara retornar ao veículo para deixar o comprovante de aquisição do crédito de estacionamento. O controle ou fiscalização da utilização da vaga deverá ser através da consulta da placa do veículo de forma eletrônica e integrada pelo operador do estacionamento rotativo e pelo Agente de Trânsito.

9.3. O estacionamento de veículos para realização de operação de carga e descarga dentro do sistema de estacionamento rotativo pago poderá ocorrer em vagas previamente sinalizadas para tal fim, limitado aos veículos com capacidade de carga de até 06 (seis) toneladas.

9.4. A CONCEDENTE não caberá em nenhuma hipótese, responsabilidade indenizatória por acidentes, danos, furtos ou prejuízos que o veículo, assim como seus proprietários ou ocupantes possam vir a sofrer nos locais delimitados pelo sistema de Área Azul.

9.5. A implantação, manutenção e substituição da sinalização vertical e horizontal, da demarcação de vagas especiais, de carga e descarga, de estacionamentos de curta duração, além da demarcação e numeração das vagas especificas de estacionamento rotativo, na área de zona azul, deverão ser executadas pela Concessionária seguindo os padrões determinados e aprovados pela Secretaria Municipal de Transporte e Transito, bem como ter garantida sua manutenção e/ou substituição, de forma a permitir a correta orientação aos usuários.

**10. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SISTEMA ELETRÔNICO**

10.1 As especificações técnicas para cada equipamento a ser fornecido e para cada sistema a serem utilizados para a operação do estacionamento rotativo estão demonstrados no anexo deste Termo de Referência.

**11. DA COMERCIALIZAÇÃO**

11.1. Os créditos eletrônicos deverão ser disponibilizados aos usuários através de pontos moveis de venda (monitores), bem como em pontos fixos, que consistem em pontos comerciais de propriedade da Concessionária ou por ela credenciados, denominados "Posto de Venda" – PV, e equipamentos eletrônicos instalados.

**11.1.1. Será obrigatória a existência de, pelo menos 1 (um) PV fixo (Totens indoor com multi-moedeiros) para atendimento, a cada 180 (cento e oitenta) vagas.**

11.1.2. A CONCESSIONÁRIA terá um investimento inicial mínimo de 10 (dez) Totens indoors.

**11.1.2. Quantitativo mínimo de 01 (um) monitor para cada 70 (setenta) vagas, o que correspondera a contratação de 27 (vinte e sete) monitores de estacionamento e a disponibilização da mesma quantidade de terminais eletrônicos portáteis para venda de créditos, sem prejuízo de outros recursos humanos necessários ao desempenho das atividades e efetiva operação dos serviços, ai incluídas as Centrais de Operações e de Atendimento ao Público.**

11.1.2.2. A CONCESSIONÁRIA terá um investimento inicial mínimo de 30 (trinta) terminais eletrônicos portáteis.

11.2. A CONCESSIONÁRIA poderá implantar adicionalmente postos de vendas junto a estabelecimentos comerciais (PV´s credenciados) e ela será a responsável direta pelos contratos de comercialização com estes PV's, conforme determinado pela legislação em vigor, devendo zelar pelo bom desempenho, atendimento e imagem dos locais de venda junto ao público usuário, podendo remunerar esta prestação de serviço.

11.3. Os PV´S credenciados poderão utilizar qualquer meio de comercialização a ser disponibilizado pela CONCESSIONÁRIA.

11.4. A remuneração ou repasse a ser feito aos postos de venda junto a estabelecimentos comerciais (PV’s credenciados) ficara a cargo exclusivo da CONCESSIONÁRIA.

11.5. Os PV's credenciados e os monitores de vendas contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser por ela treinados quanto aos objetivos do Estacionamento Rotativo Pago, e deverão receber todas as informações e material de apoio para a correta prestação dos serviços.

11.6. Os PV's deverão estar estrategicamente distribuídos, ter fácil acesso e conter sinalização de identificação, de modo a atender adequadamente a demanda dos usuários, e sua distribuição física dos locais de venda deverá ser objeto de aprovação pela CONCEDENTE.

11.7 Os Postos de venda serão credenciados pela CONCESSIONÁRIA, sob sua responsabilidade, podendo estes utilizar máquinas eletrônicas de venda com acesso remoto ao Sistema de Gestão Informatizado - (SGI) e Totens Indoor.

11.8. A CONCESSIONÁRIA poderá incluir outros processos peculiares, inclusive combinações entre dois ou mais processos, de modo a melhor atender a prestação do serviço, desde que previamente autorizado pela CONCEDENTE.

11.9. A CONCESSIONÁRIA deverá oferecer suporte tecnológico a operação através de um sistema completo de venda, verificação do tempo e gerencia de estacionamento, que viabilize o seu funcionamento em larga escala, o qual deverá estar integrado ao Sistema de Gestão Informatizado- (SGI).

11.10. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir e controlar a rotatividade no estacionamento, com informações e relatórios em tempo real a serem repassados a CONCEDENTE.

11.12. O usuário ao estacionar o veículo deve ter crédito já adquirido eletronicamente ou se dirigira um monitor de venda, recorrer ao aplicativo, um posto de venda e totens indoor para adquirir o seu cupom eletrônico.

11.13. Para a comercialização de créditos eletrônicos, tanto o monitor quanto o posto de venda devem dispor de um terminal eletrônico de venda e emissão do cupom de estacionamento, e o usuário, ao adquirir seu crédito informará o período desejado, a placa do veículo.

11.14. O período de permanência em cada vaga será definido pela sinalização instalada no local, podendo após o tempo regulamentar transferir o veículo para outra vaga desde que em outra quadra e iniciar o processo novamente, caso seja do interesse do usuário.

11.15. Nos processos de aquisição de créditos, utilizando o dispositivo móvel, o sistema não emitira cupom, porém, o usuário poderá confirmar o estacionamento junto a um monitor da CONCESSIONÁRIA.

**12. DA FISCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO**

12.1. A fiscalização da operação do sistema de estacionamento rotativo será realizada por Agentes de Trânsito da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SMTT, devidamente treinados e habilitados para essa atividade, com apoio dos monitores de venda da CONCESSIONÁRIA.

12.2. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer a TODOS seus monitores, equipamentos portáteis de emissão de Aviso de Irregularidade (A.I.), que permitirão o acesso as operações de consulta enotificação do sistema, podendo ser no modelo “*tablete*” ou “*smartphone*” com impressora portátil externa, ou ainda uma máquinaeletrônicaportátil com impressora acoplada, do tipo POS (*Pointof Service*).

12.3. Os monitores de venda podem utilizar um único terminal eletrônico portátil para as opções de comercialização e as opções para a emissão de A.I.´s., desde que o aparelho atenda a todas especificações solicitadas**.**

12.4 Em cada consulta, o sistema realizara uma transação em tempo real com o servidor da central de controle e informa se o veículo se encontra em situação irregular. Na resposta o sistema deverá informar a situação, que deverá ser uma das abaixo:

a) veículo regular com crédito ativo (incluindo os minutos restantes);

b) veículo regular com cartão de isenção;

c) veículo irregular sem crédito ativo;

d) veículo irregular com crédito vencido (incluindo os minutos de vencimento);

e) veículo irregular com crédito bloqueado.

12.5. O descumprimento da regulamentação deverá ser comunicado em tempo real a Central da CONCESSIONÁRIA, a qual deverá retransmitir a informação a fiscalização de Trânsito, a um Agente de Trânsito ou a Secretária de Trânsito para aplicação as penalidades previstas na legislação de trânsito em vigor.

**12.6. O sistema de fiscalização deve ter a opção de enviar e processar de maneira automática e em tempo real a irregularidade ao sistema central. Desta forma após o veículo ser fiscalização por um monitor de empresa, e dentro do tempo estabelecido não seja realizado a regularização, haja o bloqueado a placa no sistema, para que possa ser aplicada a penalidade prevista na legislação.**

**13. DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG exercerá a fiscalização dos serviços através de servidor (es) ou comissão devidamente designado(s)(a).

13.2. À fiscalização fica assegurado o direito de:

a) exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas;

b) solicitar, fundamentalmente, a substituição de qualquer funcionário da contratada, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente.

13.3. No desempenho de suas funções, é assegurado à fiscalização o direito de requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução dos serviços em todos os seus termos e condições.

13.3.1. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento de cada uma das etapas do contrato, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados, de modo a fazer cumprir todas as leis, em especial às ambientais, e as disposições do presente Edital.

13.4. Verificada a ocorrência de alguma irregularidade no cumprimento do contrato, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades aqui previstas e na Lei Federal n.º 8.666/93.

13.5. A presença da fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços.

**14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. As especificações e toda a documentação pertinente ao processo licitatório são complementares entre si, de modo que qualquer omissão que possa ser suprida por outro documento não será tida como prejudicial.

14.2. O simples fato da participação no processo licitatório importa em irrevogável adesão da empresa licitante a este Termo de Referência, pelo que se obriga sob as sanções, ao integral cumprimento de sua proposta.

14.3. A CONCESSIONÁRIA será responsável por quaisquer danos materiais e ambientais que venham a ocorrer em virtude dos serviços realizados, bem como assumira integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a CONCEDENTE de qualquer responsabilização.

14.4. Será ainda, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA as obrigações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos na execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, as resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, pelas indenizações que possam vir a serem devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública, pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais decorrentes da execução dos serviços, pelo seguro de acidentes de seus empregados, bem como pela quitação das exigências municipais, estaduais ou federais.

14.5. A CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros, mediante autorização da CONCEDENTE, o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

**15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1.No exercício de 2016 fica indicada a **dotação orçamentária nº 02.0013.0001.26.782.0015.2.0153.33903900 – Ficha 909.**

**16 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

16.1. Comunicar à Concessionária, com a antecedência necessária, qualquer alteração na Concessão, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

16.2. Cumprir e fazer cumprir às disposições regulamentares da concessão, as cláusulas contratuais, aplicar as penalidades inerentes e exercer a fiscalização de trânsito prevista no CTB.

16.3. Efetuar fiscalização do serviço objeto desta licitação, aplicar as penalidades aos infratores e arrecadar as multas decorrentes.

16.4. Garantir a eficácia do sistema de estacionamento rotativo, objeto da presente concessão, dando pleno apoio à Concessionária na sua atuação, colocando permanentemente disponíveis, durante o período de funcionamento do sistema, agentes de trânsito com poder necessário de autuação, com a finalidade de firmar os autos de infração dos veículos estacionados mais de 2 horas na mesma vaga, e/ou em locais proibidos.

16.5. Intervir na concessão nos casos e condições previstos em lei.

16.6. Extinguir o Contrato nos casos previstos em lei.

16.7. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados das providências tomadas.

16.8. Estimular a melhora da qualidade, produtividade, preservação e conservação do meio ambiente.

16.9. Proporcionar as condições adequadas à execução dos serviços concedidos, de acordo com os termos do Contrato.

16.10. A Concedente providenciará o credenciamento dos funcionários da concessionária que serão devidamente habilitados para exercerem a função de agente de fiscalização, para fins específicos do cumprimento das normas do estacionamento rotativo regulamentado, a fim de se manter o índice de respeito ao sistema.

* 1. A Concedente indicará um servidor que fiscalizará os serviços concedidos.

16.12. Proceder a análise e aprovação do projeto implantado e submetido pela Concessionária, autorizando em seguida o início da operação.

16.13. Liberar as áreas objeto do Contrato totalmente desembaraçadas administrativa e judicialmente.

**17 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

17.1. A Concessionária deverá, por seu preposto, ser responsável pelo objeto da concessão, respondendo pelo fiel cumprimento do Contrato, devendo manter os trabalhos sob sua supervisão direta, independentemente de estes trabalhos serem executados por ela própria ou por subcontratadas.

17.2. A subcontratação de parte do serviço somente será permitida se prévia e expressamente autorizada pela Concedente.

17.3. O representante da Concedente poderá exigir medidas adicionais na área de abrangência do Projeto, como também poderá suspender os trabalhos temporariamente até que as medidas de segurança sejam consideradas suficientes.

17.4. A Concessionária é responsável pela contratação e treinamento de pessoal operacional para o regular funcionamento do estacionamento rotativo no Município de Pouso Alegre/MG, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

17.5. O não-cumprimento, pela Concessionária, dos encargos trabalhistas, bem como das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, poderá importar na rescisão do Contrato, sem direito à indenização.

17.6. A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

17.7. Identificar e notificar os veículos estacionados nas vagas do sistema, aplicando o Aviso de Cobrança de Tarifa, informando diariamente à Autoridade Municipal de Trânsito e também ao representante do Poder Concedente no contrato, os dados relativos aos veículos que deixaram de efetuar o pagamento da tarifa.

17.8. Comunicar os agentes municipais de trânsito os veículos estacionados irregularmente e acima do tempo máximo permitido na mesma vaga.

17.9. A Concessionária será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente ao Município de Pouso Alegre/MG, Concessionárias de Serviços Públicos (energia, água, telefone, gás, etc.) ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo aquela responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento, pela Concedente, do desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.

17.10. Os serviços ora licitados não incluem deveres de vigilância ou de guarda em relação aos veículos estacionados na área do estacionamento rotativo, seus acessórios ou bens neles deixados, bem como não incluem um dever de segurança pessoal de seus proprietários ou usuários.

**Luiz Carlos Delfino**

Secretário Municipal de Transporte e Trânsito

**ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA - ESTACIONAMENTO ROTATIVO**

**APÊNDICE I – DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

**1 - TERMINAL PORTÁTIL DE VENDA – TIPO POS MÓVEL POS**

1.1**.** Os equipamentos do tipo POS (Point of Service) Móvel que atendem as funções de comercialização e/ou fiscalização deverão possuir as seguintes características:

1.1.1. Tela com função “*touchscreen*”, com dimensões mínimas de 5.5", e resolução mínima de1280x720 pixels.

1.1.2. Processador deve ser no mínimo de 400 MHz.

1.1.3. Teclado iluminado em segundo plano.

1.1.4. Bateria do tipo litio íons/polímero, com capacidade mínima para garantir o funcionamento durante por 10 horas seguidas sem recarregar.

1.1.4.1. Fica permitida a utilização de bateria auxiliar para prolongamento de tempo.

1.1.5. Comunicação de dados com a central da CONCESSIONÁRIA, através da rede de telefonia móvel, utilizando tecnologia celular GPRS/3G ou superior.

1.2. Acesso ao seu sistema operacional bloqueado por senha, permitindo apenas que o usuário autorizado tenha acesso a tal funcionalidade.

1.2.2. Impressora térmica interna para impressão de comprovantes e avisos de irregularidade.

**2. TERMINAL PORTÁTIL DE FISCALIZAÇÃO POS E SMATPHONE**

2.1. Os equipamentos do tipo “*smartphone*”, “*tablet*” ou “PDA – *Personal Digit Assistant*” para atender as funções de fiscalização, deverão possuir as seguintes características:

2.1.1. Tela com função “*touchscreen*”, com dimensões mínimas de 5.5", e resolução mínima de1280x720 pixels.

2.1.2. Processador deve ser no mínimo de 1.6 GHz Quad Core.

2.1.3. Bateria do tipo lítio íons/polímero, com capacidade mínima para garantir o funcionamento durante 10 horas seguidas sem recarregar.

2.1.3.2. Fica permitida a utilização de bateria auxiliar para prolongamento de tempo.

2.1.4. Comunicação de dados com a central da CONCESSIONÁRIA, através da rede de telefonia móvel, utilizando tecnologia celular GPRS/3G ou superior.

2.1.5. Interface com o usuário através de processos simples e intuitivos, utilizando a tecnologia de tela “*touchscreen*”.

2.1.6. Acesso ao seu sistema operacional bloqueado por senha, permitindo apenas que o usuário autorizado tenha acesso a tal funcionalidade.

2.1.7. Dispositivo de localização tipo GPS (*Global Positioning System*) interno para registro, de no mínimo, latitude e longitude.

2.1.7.1. O equipamento deverá permitir a utilização do AGPS (GPS Assistido) para aprimorar a aquisição da latitude e longitude.

2.1.8. Câmera fotográfica para registro de fotos das ocorrências, com resolução mínima de 12.0Megapixels.

2.1.9. Comunicação externa através de rádio Bluetooth e Wi-Fi 802.11G para comunicação como utros periféricos.

2.1.10. O equipamento deverá possuir como periférico uma impressora térmica portátil para a impressão de comprovantes e avisos de irregularidade, conectada através de conexão sem fio,dotada de bateria do tipo lítio íons/polímero, com capacidade mínima para garantir o funcionamento durante 10 horas seguidas sem recarregar.

**3. SISTEMA DE GESTÃO INFORMATIZADO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO – (SGI)**

3.1**.** Este sistema servira como sistema de retaguarda a todas as operações de comercialização efetuadas pelos diversos modos – parquímetros e/ou terminais portáteis de venda, evia aplicativos para celulares e smartphones.

3.2. O Sistema de Gestão Informatizado - (SGI) deverá gerenciar e armazenar o histórico de todas as transações feitas, incluindo os AI’s emitidos e todos os meios de pagamento disponíveis,controlar a arrecadação e auxiliar a fiscalização por parte do CONCEDENTE.

3.3. Requisitos mínimos para o Sistema de Gestão Informatizado - (SGI):

3.3.1. O sistema deverá funcionar em tempo real via WEB, para oferecer retaguarda a todos os sistemas de comercialização, especificados nos próximos itens deste Apêndice.

3.3.2. O sistema deverá gerar relatórios diversos, gráficos e controle para o perfeito controle da arrecadação.

3.3.3. Deverá ser disponibilizado na central de operações da CONCESSIONÁRIA, além de estar disponibilizado para acesso a fiscalização do CONCEDENTE.

3.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá autorizar, no mínimo, três contas de acesso ao Sistema de Gestão Informatizado - (SGI) para a CONCEDENTE.

3.3.5. O sistema deverá ter um controle para que o CONCEDENTE possa verificar a geração dos números dos tíquetes eletrônicos, no intuito de combater qualquer fraude e facilitar o processo de auditoria.

3.3.6. O Sistema de Gestão Informatizado - (SGI) deverá possuir softwares de gestão da emissão de avisos de cobrança de tarifas – AI, venda de créditos de estacionamento utilizando dinheiro, cartões pré-pagos, de crédito ou de débito, ativação de tíquetes de estacionamento, internet e aplicativos para celulares e *smartphones*.

3.3.7. O Sistema de Gestão Informatizado - (SGI) deverá emitir relatórios diários de todas as transações comerciais e de fiscalização especificadas no item anterior, relatórios estes que devem permitir o agrupamento por períodos definidos pelo solicitante, o qual deve informar uma data de início e data final.

3.3.7.1. O Sistema de Gestão Informatizado - (SGI) de Gestão ainda deve permitir a emissão destes relatórios por dia, onde o solicitante pode escolher uma faixa de horário.

**4. SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO VIA SMARTPHONES**

4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar gratuitamente aplicativos para a comercialização de tíquetes via *Smartphones* (SCS) para os sistemas operacionais iOS e

Android, no mínimo.

4.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar os aplicativos nas lojas virtuais da Apple “AppStore” e da Google “Google Play Store” para ser adquirido sem custo algum ao usuário.

4.1.2. A CONCESSIONÁRIA está obrigada a atualizar o SCS cada vez que houver uma

Substituição dos sistemas operacionais disponibilizados inicialmente para a operação deste sistema de comercialização.

4.2. Os aplicativos deverão ter no mínimo as funcionalidades:

4.2.1. Identificação do usuário, sendo solicitado o CPF e a senha para entrada ao menu principal da aplicação.

4.2.2. Validação do usuário e senha com as informações fornecidas no cadastro feito pelo usuário no sitio da *Internet.*

4.2.3. Caso o usuário não seja cadastrado no sistema, o aplicativo deverá disponibilizar item para o cadastro.

4.2.4. Solicitar ao usuário durante a instalação do aplicativo ou durante o uso, sua autorização para acesso as coordenadas fornecidas pelo GPS do equipamento, podendo desta forma,localizar sua posição dentro do município.

4.2.5. Opção para que seja ativado tempo de estacionamento, no mínimo para os tempos 60 ou 120 minutos, de acordo com a sinalização da área estacionada. Após a confirmação

do tempo e a validação pelo aplicativo, deverá ser informado ao usuário a horário final do estacionamento.

4.2.6. Exibir o tempo para o termino do estacionamento de forma decrescente.

4.2.7. Emitir alarme de final de estacionamento conforme tempo configurado no sistema.

4.2.8. Opção para consulta a seu extrato, contendo toda a movimentação financeira gerada pelo uso do sistema. Todas as transações deverão estar disponíveis para consulta até 30 dias anteriores a data atual.

4.2.9. Opção para consulta em mapa georreferênciado onde estão os pontos de vendas mais próximos.

**5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – SERVIDORES DAS APLICAÇÕES E SISTEMAS**

5.1. O servidor disponibilizado na central da CONCESSIONÁRIA deverá garantir: escalabilidade, garantia de performance, redundância de hardware e alta disponibilidade.

5.2. O servidor disponibilizado deverá estar alocado em ambiente físico, com as seguintes condições mínimas disponibilizadas:

5.3. Esse equipamento deve estar instalado em data center que atenda todas as especificações da norma Tier III para date center, incluindo segurança física e controle de acesso 24x7x365, demais itens da norma,

5.4. A concessionária deve apresentar projeto descrevendo a estrutura física de servidores e sistema de redundância de hardware e software, e mesma certificação de suas próprias instalações.

**ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA - ESTACIONAMENTO ROTATIVO**

**APÊNDICE II - AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

**1. OBJETIVO**

1.1**.** Este apêndice tem como objetivo definir a metodologia para avaliação dos sistemas e equipamentos eletrônicos que deverão ser utilizados nos itens presentes na operação do sistema de estacionamento rotativo nas vias públicas do município de Pouso Alegre.

**2. EQUIPAMENTOS PARA OS TESTES**

2.1**.** A empresa classificada em primeiro lugar com a maior oferta terá o prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, após sua convocação, para a apresentação do seu sistema para a aplicação dos testes, cuja composição será a seguinte:

2.1.1. **01 (um)** amostra do equipamento eletrônico de vendas do tipo fixo - **“Toten indoor”**

2.1.2. **01 (um)** amostra do equipamento eletrônico de vendas do tipo móvel – terminal eletrônico portátil, podendo ser do tipo **“pos ou*smartphone***”, “*pda*” ou “*tablet*”, adicionado de uma impressora térmica externa, ou do tipo “maquina eletrônica de vendas”, cuja impressora esteja inclusa no mesmo equipamento.

2.1.3. **01 (um)** amostra do Terminal Portátil de Fiscalização, podendo ser do tipo “*smartphone ou POS*”,“*pda*” ou “*tablet*”, caso as funções de fiscalização não estejam inseridas no mesmo equipamento móvel de vendas, definido no item anterior.

2.1.4. **01 (um) computador** portátil do tipo **“*notebook***” ou “*ultra book*” com conexão a *internet* ativa e funcional (4G, 3G, ADSL ou qualquer outra que prove acesso a rede mundial de computadores – *Internet*), para acessar o Sistema de Gestão Informatizado - (SGI).

2.2**.** Após a comissão técnica receber cada equipamento, os mesmos deverão ser ligados e os testes terão início, seguindo a ordem dos testes descritos nos próximos itens.

**3. TESTE DE EMISSÃO DE AVISO DE IRREGULARIDADE – AI**

3.1. Será exigido para o teste de aviso de irregularidade: seguintes ordem de apresentação:

3.1.1. Constatada a irregularidade será emitida automaticamente o aviso de irregularidades contentando a seguinte informação:

\*Número único de transação

\*Data e Hora

\*Placa do Veiculo

\*Nª do terminal

\*Texto informativo que poderá ser configurado e alterado a qualquer momento no sistema de gestão informatizado.

**4. TESTE DE COMERCIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS VIA SMARTPHONE**

\* Os testes deverão ser feitos com a amostra “*smartphone*”, seguindo a ordem abaixo:

\* Foi possível efetuar o *download* gratuito do aplicativo da respectiva loja virtual (Google Playou Apple Store)?

\*Foi possível acessar o aplicativo na respectiva amostra?

Deverá ser autorizado o uso para a amostra.

\* O aplicativo solicita o CPF e a senha para acesso?

\*Após o acesso e possível escolher a placa do veículo que deseja estacionar? Deverá ser informada a placa XYZ-1818.

\* E apresentado as opções de compra de horas de estacionamento de 30, 60, 120 e 180minutos?

\*Após a compra e informado de forma clara ao usuário o sucesso da transação e o tempo final de termino do estacionamento?

\* O saldo utilizado nesta transação foi abatido do valor do saldo disponível no módulo de gerenciamento do usuário na página da *Internet*?

**5. TESTE DE COMERCIALIZAÇÃO POR TOTEN INDOOR**

\*Os testes deverão ser feitos utilizando a amostra:

\*Deverão ser disponibilizadas moedas de R$ 0,05, R$ 0,10, R$ 0,25, R$ 0,50 e R$ 1,00.

- Quantidade de tempo de estacionamento;

- Valor pago;

- Número da vaga e placa do veículo.

\* E possível cancelar a compra feita com moedas de uma hora de estacionamento, antes da confirmação final?

\* Todas as moedas, ao cancelar foram devolvidas?

\* E possível consulta o saldo da conta através de CPF e senha?

\* E possível fazer liberação de uso através de crédito da conta pelo CPF, Senha e Placa?

**6. TESTE DE COMERCIALIZAÇÃO COM OS TERMINAIS PORTÁTEIS DE VENDAS**

\*Os testes deverão ser feitos utilizando a amostra “TERMINAL ELETRÔNICO PORTATIL”,

\* O terminal portátil funciona de forma autônoma em relação a rede pública de energia elétrica, tendo seu funcionamento garantido única e exclusivamente por bateria?

\* E possível emitir um tíquete de estacionamento utilizando crédito pré pago na conta do usuário informando CPF, SENHA e PLACA?

\* O tíquete emitido possui as informações mínimas:

- Quantidade de tempo de estacionamento;

- Valor pago;

- Hora da retirada do comprovante;

- Data e hora do estacionamento regular;

- Placa do veículo.

- Número do terminal

- Número único da transação

- Data hora da emissão do comprovante

- Mensagem configurável ao usuário

\*E possível alterar a mensagem configurável ao usuário em tempo real no SGI?

\*E possível consultar o saldo da conta do usuário

\*E possível adquirir credito para a conta do usuário?

\*E possível cancelar a última operação?

\*E possível configurar no SGI o tempo máximo para cancelamento de uma transação?

\*O POS bloqueia o cancelamento de transação efetuadas após o prazo máximo configurado no SGI?

\*Existe a possibilidade de reimpressão do último documento emitido

\*A reimpressão do documento consta no ticket que trate-se de reimpressão?

\*O sistema do POS emite relatório de todas as transações de compras efetuadas?

\*No relatório de transação e possível determinar a data que se deseja emitir o relatório?

**Luiz Carlos Delfino**

Secretário Municipal de Transporte e Trânsito